

Goiânia, 19 de agosto de 2016

Campanha salarial

Começam as negociações com a Fenaban



A primeira rodada de negociações com a Fenaban foi realizada na última quarta-feira, 17, quando os representantes sindicais cobraram dos bancos agilidade no processo negocial de forma que seja apresentada uma proposta global para os bancários ainda no mês de agosto e que seja digna de ser levada à apreciação da categoria.

Os dirigentes sindicais fizeram explanação sobre a minuta de reivindicações dos bancários, principalmente com foco na garantia do emprego, reajuste salarial de 14,78% (que representa o INPC projetado de 9,31% mais 5% de aumento real), Auxílio alimentação, cesta alimentação e 13ª cesta no valor de R\$ 957,50

cada, piso salarial no valor do DIEESE (R\$ 3.992,75, valor de julho/2016), Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) equivalente a 15% do lucro líquido do exercício de 2016, garantindo-se, no mínimo, 3 (três) remunerações brutas mais o valor fixo de R\$ 9.183,45, além de Participação Adicional de R\$ 9.183,45 condicionado ao crescimento anual de 3% do sistema financeiro, combate ao assédio moral, isonomia nos bancos públicos, mais contratações dentre outras.

Prosseguindo a reunião, foram discutidos diversos temas que já fazem parte da Convenção Coletiva de Trabalho atual, sem que os bancos evoluíssem nas situações já pactuadas anteriormente. Ao contrário, a Fenaban apresentou sua minuta de pretensões sobre alterações especialmente sobre



pagamento de horas extras no mês subsequente ao trabalho, instituição de banco de horas por instituição financeira, convenção sobre PLR com validade de dois anos, limite de prazo para reembolso de auxílios creche/babá, alterações da cláusula que garante estabilidade provisórias na pré-aposentadoria, fracionamento de férias em três vezes e até previsão para divulgação de rankings em cada agência nominando os melhores colocados.

“O Sindicato dos Bancários de Goi-

ás integra a Comissão Bancária Nacional de Negociação (CBNN) e manterá posicionamento firme na defesa da pauta de reivindicações construída com a participação dos bancários goianos”, afirma o presidente Sergio Luiz da Costa.

Nova rodada de negociações com a Fenaban está delimitada para a próxima semana, mas ainda sem confirmação de datas. No BB a reunião acontece dia 23/08 e na Caixa será na quinta-feira, 25 de agosto.

Diretores plantonistas

Ariovaldo Antônio e Gilmar Fernandes formam a equipe que estará neste final de semana (sábado, 20 e domingo, 21) a disposição dos frequentadores do Clube dos Bancários, a fim de sanar eventuais dúvidas sobre o uso e espaço do complexo esportivo.

Assuntos relacionados ao movimento sindical, sindicalização e campanha salarial dos bancários também poderão ser esclarecidos com eles.

Música ao vivo com a banda Nossa Pegada

O Clube dos Bancários tem por tradição oferecer todos os domingos atrações musicais aos frequentadores do complexo esportivo, e neste domingo, 21, não será diferente. A banda Nossa Pegada se apresenta, a partir das 12h, e os músicos prometem não deixar ninguém parado entoando os atuais sucessos do pagode, axé, samba e claro as canções já consagradas do gênero musical. Venha curtir mais essa atração no Clube e traga sua família.

Associação diz que decisão do STF beneficia 6 mil ‘fichas-sujas’

STF decidiu que só Câmara de Vereadores pode tornar prefeito inelegível.

Associação de Membros de Tribunais de Contas teve encontro com Temer.

O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Valdecir Pascoal, afirmou nesta quinta-feira (18) que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre inelegibilidade de prefeitos poderá beneficiar até 6 mil prefeitos e ex-prefeitos “fichas-sujas”.

Com base na Lei da Ficha Limpa, esses políticos poderiam ter candidaturas impugnadas porque tiveram contas rejeitadas por tribunais de contas estaduais nos últimos oito anos.

Conforme a decisão do Supremo, somente uma câmara de vereadores poderá tornar inelegível um prefeito que teve suas contas de governo ou gestão rejeitadas por um tribunal de contas.

O julgamento, iniciado na semana passada, buscou resolver uma dúvida contida na Lei da Ficha Limpa, aprovada em 2010, que ampliou as hipóteses em que um político fica impedido de disputar eleições e assumir um mandato.

Desde então, a Justiça Eleitoral considerava que a desaprovação, por um tribunal de contas, das contas de gestão (mais detalhadas, em que o prefeito também ordena gastos específicos, por exemplo),

bastava para tornar o prefeito inelegível.

“A associação consolidou os dados, e cerca de 6 mil prefeitos [e ex-prefeitos] serão imunizados com a decisão [do STF]. E aproximadamente R\$ 4 bilhões não retornarão aos cofres públicos como ressarcimento. Nós respeitamos a decisão, mas somos contra”, disse Valdecir Pascoal nesta quinta, após se reunir no Palácio do Planalto com o presidente da República em exercício, Michel Temer.

Para a associação, afirmou Pascoal, há dois “caminhos” a fim de se tentar “reverter” a decisão do STF: “sensibilizar” a Corte ou apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o assunto.

‘Bêbados’

Nesta quarta, o ministro do STF Gilmar Mendes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), criticou a Lei da Ficha Limpa e disse que a legislação parece ter sido feita por “bêbados” porque é “mal feita”.

A declaração do ministro gerou repercussão. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por exemplo, reagiu, afirmando que a linguagem usada por Gilmar Mendes não se coaduna com a postura de um magistrado.

Nesta quinta, questionado sobre o assunto, o presidente do TSE e ministro do STF reafirmou as críticas à lei.

Fonte: G1